

2ª Intervenção nas Perguntas à CML na Assembleia Municipal de Lisboa de 8 de Novembro de 2016

Nesta sessão de perguntas Os Verdes têm ainda mais três temas.

Já aqui trouxemos a questão dos acordos internacionais, nomeadamente o TTIP e o CETA, ou seja, entre a União Europeia e os Estados Unidos da América e o Canadá, respectivamente, e seus impactos para o país e, por conseguinte, para a cidade de Lisboa.

Entregámos até um requerimento, em Abril, sobre a posição da CML acerca do TTIP. Até agora, não houve qualquer resposta.

A verdade é que aumenta a contestação a estes acordos e aos seus impactos negativos a nível social, económico, ambiental e alimentar e até de destruição das próprias funções do estado social e do poder democrático. Por exemplo, estes acordos abrem portas ao controlo da água e de outros bens públicos por parte de corporações privadas. Além disso, o CETA omite o direito de sindicalização, os contratos colectivos de trabalho e a organização do tempo de trabalho.

Estes acordos prevêm ainda um mecanismo que permite que as empresas processem os Estados, caso estes adoptem medidas que impeçam ou dificultem a margem de lucro das empresas, por exemplo, se decidirem aumentar o salário mínimo.

Face a tudo isto, várias Assembleias Municipais do país aprovaram uma moção para que o município se declarasse livre do TTIP e do CETA. Podemos dar o exemplo de Loulé, onde a moção foi aprovada com votos a favor de deputados do PS, e até foi subscreta por três destes deputados. Por sua vez, o PS em Lisboa rejeitou uma moção apresentada pelos Verdes, propondo a rejeição dos impactos negativos do TTIP.

Se antes o PS em Lisboa argumentava com o facto de ainda se saber pouco sobre o TTIP, não havendo, segundo a sua opinião, aparentemente razões para estar contra o acordo, com o que já se sabe, apesar de todo o secretismo e falta de transparência, importa perceber como se posiciona agora o PS em relação a esta matéria.

Assim, a perguntas é se mesmo com o que já se sabe, o executivo continua a considerar que não deve rejeitar o TTIP e o CETA, ou pondera vir a posicionar-se contra estes acordos?

Uma outra pergunta que tínhamos era sobre a utilização de papel reciclado nos serviços da CML. No entanto, como entregámos o tema desta pergunta há uma semana, reparámos que, finalmente, neste espaço de tempo, a CML começou a distribuir propostas em papel reciclado, situação com a qual nos congratulamos, obviamente.

De qualquer forma, é de referir que em todos os mandatos, O Grupo Municipal de Os Verdes apresentou uma recomendação no sentido da aquisição de papel reciclado

e da sua crescente utilização nos diversos serviços municipais, nomeadamente em actas, propostas, convocatórias, relatórios, etc.

Em todos os mandatos essa proposta foi aprovada por unanimidade.

Também em todos os mandatos, até há poucos dias, a situação manteve-se na mesma, sem qualquer evolução.

Esperemos então que a partir de agora a utilização de papel reciclado seja uma prática generalizada nos serviços municipais, tendo em conta que os impactos ambientais resultantes do fabrico de papel poderão ser assim evitados.

Dizer ainda que não se percebe por que razão a aplicação desta prática demorou tanto tempo e já colocámos estas questões por escrito, através de um requerimento, em Maio, e até agora a resposta da Câmara foi zero!

A última pergunta que temos é sobre a calçada portuguesa e a escola de calceteiros.

Existe neste momento uma petição para elevar a calçada portuguesa a Património Nacional Imaterial da Humanidade, e não nos podemos esquecer que a CML criou, em 1986, a Escola de Calceteiros para não se perder os conhecimentos sobre calcetar, para renovar o efectivo de calceteiros municipais e para divulgar esta arte.

Sabendo que a calçada portuguesa é um património que faz parte da nossa história e é um tipo de arte muito apreciada além fronteiras, importa perceber a visão e a estratégia do executivo para a Escola de Calceteiros. Especialmente quando as principais queixas relativamente à calçada são a falta de manutenção e o facto de ser arranjada não por profissionais qualificados, mas por outros trabalhadores, a que muitos calceteiros chamam os “tapa-buracos”, ou seja, pessoas contratadas por empreiteiros, que nem sempre percebem de calçada.

Além disso, não podemos deixar de alertar para o facto de a brigada de calceteiros municipais apresentar carências e de a idade dos calceteiros ser elevada.

Perante isto, para Os Verdes, a Câmara tem a obrigação de valorizar e dignificar a profissão de calceteiro, uma profissão genuinamente portuguesa, e de promover trabalho nesta área, tornando este ofício atractivo para várias gerações. Só assim se conseguirá atrair mais pessoas, e só motivar os formandos para concluir o curso e continuar a trabalhar nesta arte.

Assim, que medidas tem a CML implementado no sentido de minimizar as dificuldades de recrutamento e as desistências que por vezes ocorrem a meio dos cursos?

Dos formandos que terminaram os cursos, quantos já integraram os serviços da Câmara e em que condições?

Uma vez que há vagas no mapa de pessoal por preencher, quantos lugares, e quando, prevê a Câmara abrir para calceteiros?

E, por último, a CML tem recorrido à Escola de Calceteiros para procurar compatibilizar o uso da calçada e a fruição dos passeios por pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que isso é possível e é ensinado na Escola?

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”